

STJ00120842

**TIAGO SCHERER**

LEI DAS  
**EXECUCÕES**  
**FISCAIS**

COMENTADA E INTERPRETADA

2ª EDIÇÃO

  
**EDITORA MIZUNO**  
QUALIDADE E SERIEDADE EM LIVROS

**Lei das Execuções Fiscais Comentada e Interpretada - 2 edição**

©Tiago Scherer

EDITORA MIZUNO 2024

Revisão Técnica: Tiago Scherer

Revisão de Português: Paulo de Moraes

<b>Catálogo na publicação</b> <b>Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166</b>	
S326L	<p>Scherer, Tiago</p> <p>Lei das execuções fiscais comentada e interpretada / Tiago Scherer. – 2. ed. – Leme-SP: Mizuno, 2024.</p> <p>824 p.; 16 X 23 cm</p> <p>ISBN 978-65-5526-918-5</p> <p>1. Execuções (Direito). 2. Leis. 3. Jurisdição. I. Scherer, Tiago. II. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 347.05</p>
<b>Índice para catálogo sistemático</b> I. Execuções (Direito)	

Nos termos da lei que resguarda os direitos autorais, é expressamente proibida a reprodução total ou parcial destes textos, inclusive a produção de apostilas, de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, reprográficos, de fotocópia ou gravação.

Qualquer reprodução, mesmo que não idêntica a este material, mas que caracterize similaridade confirmada judicialmente, também sujeitará seu responsável às sanções da legislação em vigor.

A violação dos direitos autorais caracteriza-se como crime incurso no art. 184 do Código Penal, assim como na Lei n. 9.610, de 19.02.1998.

O conteúdo da obra é de responsabilidade dos autores. Desta forma, quaisquer medidas judiciais ou extrajudiciais concernentes ao conteúdo serão de inteira responsabilidade dos autores.

O material disponibilizado on-line, incluindo links, QR-codes, vídeos, petições, entre outros, estará acessível durante a vigência da edição atual do livro, podendo ser retirado após esse período, sem aviso prévio.

Todos os direitos desta edição reservados à

**EDITORA MIZUNO**

Rua Benedito Zacariotto, 172 - Parque Alto das Palmeiras, Leme - SP, 13614-460

Correspondência: Av. 29 de Agosto, nº 90, Caixa Postal 501 - Centro, Leme - SP, 13610-210

Fone/Fax: (0XX19) 3554-9820

Visite nosso site: [www.editoramizuno.com.br](http://www.editoramizuno.com.br)

e-mail: [atendimento@editoramizuno.com.br](mailto:atendimento@editoramizuno.com.br)

Impresso no Brasil

*Printed in Brazil*

# SUMÁRIO

<b>PREFÁCIO</b> .....	5
<b>SOBRE O AUTOR</b> .....	7
<b>CONVITE</b> .....	9
<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	11
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	39
<b>CONTEXTUALIZAÇÃO</b> .....	
<b>PUBLICAÇÃO DA LEF</b> .....	45
A EXECUÇÃO FISCAL É RITO PRIVATIVO DA FAZENDA PÚBLICA .....	45
Conselhos de fiscalização profissional integram a Fazenda Pública .....	45
Interdição parcial ao manejo da execução fiscal pelos Conselhos .....	46
FGTS .....	48
ENTIDADES QUE NÃO INTEGRAM A FAZENDA PÚBLICA .....	50
<b>SANÇÃO PRESIDENCIAL</b> .....	50
<b>ART. 1º - RITO ESPECIAL DA EXECUÇÃO FISCAL E APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DO CPC</b> .....	51
A execução fiscal é um processo judicial .....	51
A defasagem legislativa da execução fiscal .....	53
O futuro da execução fiscal: para onde vamos? .....	54
Proposta de atribuição da competência da execução fiscal aos tabelionatos de protesto .....	57
Projeto de Lei nº 2.488/2022 .....	66
Alguns destaques positivos do PL nº 2.488/2022 .....	96
Alguns destaques negativos do PL nº 2.488/2022 .....	97
<b>RITO DIFERENCIADO DE COBRANÇA</b> .....	97
A execução fiscal tem um rito especial em relação ao CPC .....	98
<b>EXECUÇÕES FISCAIS DE BAIXO VALOR</b> .....	99
Tema 1184 da Repercussão Geral do STF .....	101
Critérios para a definição da pequena expressão do crédito fazendário .....	104
Negociação extrajudicial .....	105

Possibilidade de extinção das execuções fiscais de pequeno valor.....	106
Possibilidade de adoção incidental de medidas alternativas à execução fiscal.....	106
Resolução CNJ 547/2024.....	106
Ajuizamento e manutenção da execução fiscal conforme o valor.....	110
Tratamento das execuções fiscais frustradas .....	111
<b>OUTRAS AÇÕES EXACIONAIS .....</b>	<b>113</b>
Medida Cautelar Fiscal .....	113
Ação pauliana ou revocatória, no caso de ter havido fraude a credores .....	114
Ação rescisória de sentença que extinguiu a execução por pagamento inexistente .....	114
Tema Repetitivo 1245: ação rescisória para adequação da coisa julgada ao Tema 69 do STF ....	114
Ação rescisória quanto a IPI diante de nova orientação do STF .....	115
Restrições jurisprudenciais ao emprego da ação rescisória.....	117
Protesto judicial para interromper a prescrição.....	119
Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica.....	119
<b>A EXISTÊNCIA DA EXECUÇÃO FISCAL NÃO ESGOTA OUTRAS MEDIDAS DE APOIO À COBRANÇA...</b>	<b>119</b>
Certidões de débitos .....	120
Certidão positiva de débito: sanção política?.....	121
Suspensão do exercício profissional como sanção política.....	122
Possibilidade do contribuinte garantir antecipadamente o crédito a fim de obter certidão de regularidade fiscal.....	123
Inadimplemento das contribuições declaradas impede CND.....	123
A Fazenda Pública tem direito à certidão de regularidade.....	124
Negativação no CADIN .....	124
Negativação autônoma em cadastros de inadimplentes .....	126
Negativação realizada pelos próprios <i>bureaus</i> de crédito .....	127
Não há dano moral na negativação .....	127
Negativação por ordem judicial na execução fiscal .....	127
Ressalva quanto à regularidade da citação na execução fiscal em que requerida a negativação.	134
Possibilidade de negativação ainda que haja penhora parcial.....	134
<b>COMPARTILHAMENTO DE DADOS PATRIMONIAIS .....</b>	<b>135</b>
<b>AVERBAÇÃO PRÉ-EXECUTÓRIA.....</b>	<b>135</b>
<b>ARROLAMENTO FISCAL .....</b>	<b>136</b>
Monitoramento patrimonial.....	138
Protesto extrajudicial.....	139
Protesto extrajudicial de CDA já objeto de execução fiscal .....	144
É possível o protesto da CDA integralmente garantida por penhora? .....	145
Irregularidade no requerimento de protesto formulado pelo credor apresentante.....	146
Protesto extrajudicial e a prescrição tributária.....	147
Transação tributária .....	147
Não cabe ao Judiciário interferir nas negociações extrajudiciais .....	151
Autorregularização incentivada e busca da conformidade tributária .....	152
Negócio jurídico processual.....	153

Semelhanças e diferenças entre a transação e o negócio jurídico processual.....	154
Exemplos de negócios jurídicos processuais na execução fiscal .....	155
Novas perspectivas para o NJP na execução fiscal .....	156
Sistema integrado de recuperação de ativos.....	157
Incidente de classificação dos créditos públicos .....	158
Amortização dos débitos tributários com as vendas da recuperação judicial.....	159
Compromisso de amortização .....	159
Criminalização da sonegação fiscal .....	160
Cobrança tributária indireta: inconstitucionalidade .....	161
Débitos tributários não podem impedir a atividade profissional .....	162
Vedação ao uso de sanções políticas .....	162
APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DE OUTRAS NORMAS PROCESSUAIS .....	162
<b>ART. 2º - DÍVIDA ATIVA DA FAZENDA PÚBLICA .....</b>	<b>163</b>
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA .....	163
Atributos do crédito inscrito em dívida ativa .....	165
Presunção de legalidade .....	165
Liquidez.....	165
Certeza.....	166
Exigível .....	166
Exequível .....	166
Garantia da responsabilidade patrimonial.....	166
DÍVIDAS NÃO TRIBUTÁRIAS.....	166
FGTS .....	166
Créditos rurais cedidos à União.....	168
Outros créditos não tributários e a execução fiscal .....	168
CRÉDITOS FAZENDÁRIOS QUE NÃO PODEM SER OBJETO DE EXECUÇÃO FISCAL.....	169
Créditos e multas apurados em tomadas de contas por Tribunal de Contas .....	169
Multas criminais .....	170
Anuidades da OAB.....	173
Anuidades e Conselhos Seccionais da OAB .....	174
Ressarcimentos .....	174
Danos materiais sofridos pela Fazenda Pública .....	175
Bolsa de estudos.....	175
Benefícios pagos ao próprio beneficiário .....	176
Benefícios previdenciários a terceiros .....	177
Ressarcimento de vencimentos pagos a servidores .....	178
<b>ART. 2º, § 1º - ABRANGÊNCIA DA DÍVIDA ATIVA.....</b>	<b>179</b>
TOTAL DOS CRÉDITOS FAZENDÁRIOS .....	179
<b>ART. 2º, § 2º - ACRÉSCIMO DE ENCARGOS MORATÓRIOS .....</b>	<b>179</b>
TAXA SELIC .....	179

ENCARGOS MORATÓRIOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS .....	180
Os Estados e o DF devem limitar os juros e correção ao exigido pela União .....	180
Encargos municipais – Tema 1217 da RG .....	181
O desconto sobre a multa não determina a automática redução proporcional dos juros .....	181
MULTA DE MORA DE 20% DO TRIBUTO DEVIDO – Tema 214 da RG .....	182
LIMITE DA MULTA MORATÓRIA - Tema 816 da RG.....	183
MULTA PUNITIVA – Tema 872 da RG.....	183
MULTA PUNITIVA NÃO QUALIFICADA - Tema 1195 da RG.....	184
MULTA PELA NÃO HOMOLOGAÇÃO DE COMPENSAÇÃO Tema 736 da RG.....	184
MULTA ISOLADA – Tema 487 da RG .....	185
MULTA QUALIFICADA PELO INTUITO DE FRAUDE – Tema 863 da RG.....	185
OUTRAS QUESTÕES SOBRE PENALIDADES PECUNIÁRIAS.....	186
Retroatividade da lei penal tributária mais benéfica .....	186
A revogação de decisão suspensiva da exigibilidade do crédito tributário torna exigíveis os encargos moratórios .....	186
Retificação da declaração com o pagamento da diferença devida previamente à fiscalização configura denúncia espontânea.....	187
Autolancamento não configura denúncia espontânea e não dispensa os encargos moratórios... ..	187
Entrega de declaração não é denúncia espontânea .....	188
Inexistência de denúncia espontânea em execução fiscal .....	188
O mero parcelamento do débito não gera os benefícios da denúncia espontânea .....	189
O parcelamento não determina condenação em honorários do devedor que desiste dos seus embargos .....	189
Dispensa de honorários quando o pagamento do crédito tributário tiver ocorrido anteriormente à citação na execução fiscal .....	189
Qualquer remissão ou dispensa de crédito tributário exige lei.....	190
Viabilidade da incidência de juros de mora sobre a multa punitiva .....	191
<b>ART. 2º, § 3º - CONTROLE DE LEGALIDADE DA DÍVIDA ATIVA.....</b>	<b>191</b>
Privatização do lançamento.....	191
Irregularidade no procedimento de constituição do crédito dos Conselhos.....	192
Inscrição em Dívida Ativa.....	192
Prazo para inscrição do crédito na dívida ativa .....	193
Efeitos da inscrição em dívida ativa .....	195
INVASÃO DA COMPETÊNCIA DA LEI COMPLEMENTAR - IMPOSSIBILIDADE DA LEF TRAZER HIPÓTESE DE SUSPENSÃO DA PRESCRIÇÃO DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS .....	196
SUSPENSÃO DA PRESCRIÇÃO DOS CRÉDITOS NÃO TRIBUTÁRIOS.....	197
PRESCRIÇÃO DO RESSARCIMENTO AOS COFRES PÚBLICOS .....	197
<b>ART. 2º, § 4º - ATRIBUIÇÕES DA PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL .....</b>	<b>198</b>
<b>APURAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA .....</b>	<b>198</b>
Créditos autolancados.....	198
<b>A SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE IMPEDE TODOS OS ATOS DE COBRANÇA, MAS NÃO A CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO PARA PREVENÇÃO DA DECADÊNCIA .....</b>	<b>199</b>

ATRIBUIÇÃO CONSTITUCIONAL DA PFN PARA A EXECUÇÃO DA DÍVIDA ATIVA .....	199
CONTROLE ADMINISTRATIVO DA LEGALIDADE DA DÍVIDA ATIVA .....	200
<b>ART. 2º, § 5º, I - REQUISITOS DE VALIDADE DA INSCRIÇÃO NA DÍVIDA ATIVA .....</b>	<b>201</b>
DEVEDOR .....	201
Empresário individual ou singular .....	202
Dívida de ITR ou IPTU com relação a imóvel com promessa de compra e venda não registrada..	203
No sentido de que a certidão da matrícula deve guiar a sujeição passiva dos tributos imobiliários..	204
Obrigatoriedade de o Cartório de Registro de Imóveis comunicar as alterações da propriedade – Resolução CNJ 547/2024 .....	204
IPTU e credor fiduciário .....	205
CODEVEDOR .....	205
Responsabilidade tributária solidária de instituições públicas por débitos de IPTU e TCL .....	209
VEDADA SOLIDARIZAÇÃO <i>EX LEGE</i> ENTRE SOCIEDADE E SÓCIO .....	210
RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS SÓCIOS DAS SOCIEDADES LIMITADAS POR DÍVIDAS JUNTO À SEGURIDADE SOCIAL .....	210
DEVEDOR DE TRIBUTOS MUNICIPAL EM CONJUNTO COM ENTIDADE ESTATAL .....	212
REGULARIZAÇÃO DO CONTRIBUINTE DEVEDOR NO CNPJ .....	213
<b>ART. 2º, § 5º, II – IDENTIFICAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE IMPOSIÇÃO DE ENCARGOS MORATÓRIOS ...</b>	<b>215</b>
FORMA DE CÁLCULO .....	215
POSSIBILIDADE DE CONDENÇÃO EM HONORÁRIOS NA EXECUÇÃO E NOS EMBARGOS OU ANU- LATÓRIA .....	216
ENCARGO LEGAL SUBSTITUTIVO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS .....	217
Cobrança do encargo pelas autarquias e fundações federais .....	219
Encargo legal e massa falida .....	219
Os honorários na execução fiscal podem remunerar diretamente a Procuradoria .....	220
Encargo legal e concessão da gratuidade da justiça .....	221
A exigibilidade do encargo legal respeita o <i>tempus regit actum</i> .....	221
Redução do encargo em caso de pagamento antes do ajuizamento da execução .....	222
INCIDÊNCIA DA TAXA SELIC A TÍTULO DE JUROS E DE CORREÇÃO MONETÁRIA .....	222
<b>ART. 2º, § 5º, III – FUNDAMENTAÇÃO DA DÍVIDA .....</b>	<b>224</b>
ORIGEM DO DÉBITO .....	224
INDICAÇÃO DA BASE LEGAL DA EXIGÊNCIA .....	225
PRESUME-SE VÁLIDA A CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA MESMO COM DISPOSITIVO LEGAL INCONS- TITUCIONAL .....	225
<b>ART. 2º, § 5º, IV – ESCLARECIMENTOS SOBRE A CORREÇÃO MONETÁRIA .....</b>	<b>228</b>
DÉBITOS DE FGTS SÃO CORRIGIDOS PELA TAXA REFERENCIAL - TR .....	228
<b>ART. 2º, § 5º, V – DATA E NÚMERO DA INSCRIÇÃO .....</b>	<b>228</b>
IMPORTÂNCIA DA DATA DA INSCRIÇÃO DO CRÉDITO NA DÍVIDA ATIVA .....	228
<b>ART. 2º, § 5º, VI – NÚMERO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE QUE DECORREU A INSCRIÇÃO ...</b>	<b>229</b>
REFERÊNCIA AO NÚMERO DO PROCESSO, SOB PENA DE NULIDADE .....	229

DISPONIBILIDADE DO EXPEDIENTE ADMINISTRATIVO .....	231
O DEVIDO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL NÃO PODE SER CONDICIONADO AO DEPÓSITO...	231
<b>ART. 2º, § 6º - A CERTIDÃO ESPELHA O TERMO DE INSCRIÇÃO .....</b>	<b>232</b>
A CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA NÃO INOVA EM RELAÇÃO AO TERMO DE INSCRIÇÃO .....	232
<b>ART. 2º, § 7º - MECANIZAÇÃO DA INSCRIÇÃO E DA CERTIFICAÇÃO .....</b>	<b>233</b>
ASSINATURA DO TERMO DE INSCRIÇÃO E DA CERTIDÃO .....	233
AUTOMATIZAÇÃO DOS ATOS PREPARATÓRIOS DO AJUIZAMENTO.....	234
<b>ART. 2º, § 8º - POSSIBILIDADE DE SUBSTITUIÇÃO DO TÍTULO EXECUTIVO .....</b>	<b>235</b>
SUBSTITUIÇÃO DA CDA QUE APRESENTE ERRO .....	235
A substituição da CDA limita-se aos casos de parcelas facilmente destacáveis .....	236
Possibilidade de retificação da CDA em cumprimento à decisão dos embargos .....	237
Impossibilidade de substituição da CDA .....	239
<b>ART. 2º, § 9º - EXECUÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS NÃO TRIBUTÁRIAS .....</b>	<b>241</b>
CONTRIBUIÇÕES ANTERIORES À CONSTITUIÇÃO DE 1988 .....	241
PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE QUANTO ÀS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS NÃO TRIBUTÁRIAS..	243
PRESCRIÇÃO PARA COBRANÇA DE FGTS .....	244
<b>ART. 3º - PRESUNÇÃO DE CERTEZA E LIQUIDEZ DA CDA .....</b>	<b>244</b>
BASE PARA A PRESUNÇÃO DE CERTEZA E LIQUIDEZ .....	244
Não há nulidade na CDA que não impeça o exercício da defesa .....	245
Certidão de Dívida Ativa imperfeita, precária ou incompleta quanto aos requisitos legais não goza da presunção de liquidez e certeza .....	246
No sentido de não ser possível a retificação dos erros da CDA que digam respeito ao lançamento ou falta de fundamentação legal .....	249
Admitindo seja intimado o exequente a esclarecer e justificar eventuais imperfeições da CDA ...	249
<b>ART. 3º, PARÁGRAFO ÚNICO – AFASTAMENTO DA PRESUNÇÃO POR PROVA INEQUÍVOCA .....</b>	<b>250</b>
MERO AJUIZAMENTO DE AÇÃO ANTIEXACIONAL NÃO INIBE A EXECUÇÃO .....	250
VIABILIDADE DA EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE.....	250
Características essenciais da EPE .....	252
Ampliação do espectro de matérias suscetíveis via sede de exceção de pré-executividade.....	253
Alegação de decadência e/ou prescrição .....	255
Exclusão de codevedor em decisão de exceção de pré-executividade .....	256
Impossibilidade de dilação probatória .....	257
Complementação documental .....	257
Complementação com provas que se encontram em posse do credor.....	259
IMPERTINÊNCIA DA EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE PARA A DEFESA DO COEXECUTADO QUE FIGURA COMO CODEVEDOR NA CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA .....	259
QUANDO PETICIONAR E QUANDO EMBARGAR A EXECUÇÃO FISCAL .....	260
HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EM EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE .....	260
São devidos honorários sucumbenciais quando do acolhimento da EPE .....	261
Indevidos honorários sucumbenciais na pronúncia da prescrição intercorrente .....	261



Devidos honorários no acolhimento de EPE que suscita a inexigibilidade do crédito, mesmo já pronunciada em outra ação .....	262
Cabem honorários advocatícios no acolhimento da EPE com exclusão do codevedor... ..	262
<b>ART. 4º - CRITÉRIOS DE PROMOÇÃO DA EXECUÇÃO FISCAL .....</b>	<b>264</b>
CRITÉRIOS DE AJUIZAMENTO .....	264
As normas da PGFN não se aplicam aos demais exequentes.....	266
Critérios da Procuradoria-Geral Federal .....	267
Critérios do FGTS .....	268
<b>ANÁLISE DA PRESCRIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO ANTERIORMENTE À PROPOSITURA DA EXECUÇÃO</b>	<b>269</b>
Interrupção da prescrição na data do ajuizamento .....	269
Contagem do prazo de prescrição desde o ajuizamento e até novo marco interruptivo ..	270
O pedido de parcelamento interrompe a prescrição.....	271
Transação tributária também importa reconhecimento do débito ao efeito de interromper a prescrição .....	271
A prescrição volta a correr apenas depois de rescindido o parcelamento .....	271
A interrupção da prescrição prejudica todos os codevedores solidários .....	272
<b>ART. 4º, I - DEVEDOR PARA FINS DA EXECUÇÃO FISCAL .....</b>	<b>274</b>
DEVEDOR PRINCIPAL .....	274
SÓCIO CODEVEDOR .....	275
FAZENDA PÚBLICA DEVEDORA .....	276
<b>ART. 4º, II - EXECUÇÃO FISCAL CONTRA O FIADOR.....</b>	<b>276</b>
FIANÇA .....	276
<b>ART. 4º, III – EXECUÇÃO FISCAL PROMOVIDA CONTRA O ESPÓLIO.....</b>	<b>277</b>
RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA DO ESPÓLIO .....	277
Redirecionamento contra o espólio do devedor.....	278
Execução proposta contra devedor previamente falecido. Impossibilidade de redirecionamento contra o espólio .....	279
Partilha e responsabilidade dos sucessores .....	280
Responsabilização do espólio do administrador da sociedade devedora .....	281
<b>ART. 4º, IV – EXECUÇÃO FISCAL CONTRA A MASSA FALIDA.....</b>	<b>282</b>
O AJUIZAMENTO DA EXECUÇÃO FISCAL DEVE LEVAR EM CONTA A CONDIÇÃO JURÍDICA DO DEVEDOR .....	282
QUEBRA DO DEVEDOR DURANTE A EXECUÇÃO FISCAL.....	283
Inaplicabilidade das causas de interrupção do prazo prescricional previstas na lei de falências....	284
EMPRESA FALIDA MANTÉM LEGITIMIDADE PARA EMBARGOS .....	284
<b>ART. 4º, V – EXECUÇÃO FISCAL CONTRA O RESPONSÁVEL PELO DÉBITO .....</b>	<b>285</b>
RESPONSABILIDADE SUBJETIVA .....	285
Inconstitucionalidade das normas tributárias estaduais a estabelecerem hipóteses de responsabilidade tributária objetiva .....	286

CORRESPONSABILIZAÇÃO DE TERCEIROS DE FORMA SUPLETIVA EM RELAÇÃO À RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL DO EXECUTADO .....	288
POSSIBILIDADE DE REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO FISCAL POR CRÉDITO NÃO TRIBUTÁRIO. ....	288
RESPONSABILIDADE PESSOAL POR DÉBITOS TRIBUTÁRIOS DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS .....	289
REDIRECIONAMENTO POR DÉBITOS DEIXADOS NA EXTINÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE .....	290
PRESCRIÇÃO PARA O REDIRECIONAMENTO .....	292
Retroação da interrupção da prescrição à data do pedido de redirecionamento .....	293
Prescrição para o redirecionamento sucessivo .....	294
REDIRECIONAMENTO POR DISSOLUÇÃO IRREGULAR .....	295
O responsável é aquele que possui poderes ao tempo do fato gerador ou unicamente quando da dissolução irregular? .....	297
Síntese das premissas jurisprudenciais para o redirecionamento por dissolução irregular .....	303
Ausência de efetivo exercício de poderes de gestão .....	304
PEDIDO DE REDIRECIONAMENTO CONTRA ADMINISTRADORES DE SOCIEDADE CUJO DISTRATO FOI ARQUIVADO NA JUNTA COMERCIAL .....	305
A Fazenda pode obter gratuitamente cópia do contrato social para fins do correto redirecionamento ..	307
DISSOLUÇÃO E SOLIDARIZAÇÃO TRIBUTÁRIA EX LEGE .....	307
DISSOLUÇÃO REGISTRADA NA JUNTA COMERCIAL .....	310
SOCIEDADE ESGOTADA POR OUTROS FATORES .....	312
Precariedade patrimonial ou inexistência de bens penhoráveis .....	314
Manutenção meramente formal da sociedade não inibe o redirecionamento por dissolução irregular .....	314
REDIRECIONAMENTO COM BASE NA PRÁTICA DE ILÍCITOS CRIMINAIS PRATICADOS PELOS ADMINISTRADORES .....	315
Apropriação indébita previdenciária e sonegação de contribuições descontadas dos empregados	315
Não recolhimento do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) e do Imposto sobre Produtos Industrializados .....	316
Não recolhimento do ICMS cobrado do adquirente .....	321
Deficiências na escrituração contábil da empresa falida .....	322
Prescrição para o redirecionamento aos administradores em caso de falência .....	322
Possibilidade de persecução criminal sem a constituição definitiva do crédito tributário .....	327
Ações antiexacionais e eventuais repercussões sobre os crimes tributários .....	327
O parcelamento impede a continuidade da ação penal .....	328
DEFESA E REDISCUSSÃO DA RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA .....	328
IMPOSSIBILIDADE DE CORRESPONSABILIZAÇÃO .....	329
INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA E REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO FISCAL .....	331
Inclusão do titular da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada executada .....	332
Em matéria tributária se aplica a Teoria Maior da Desconsideração da Personalidade Jurídica ..	333
Desconsideração da personalidade jurídica para fins de responsabilidade patrimonial .....	334
Segregação patrimonial com fundo de investimento .....	335
Desnecessidade do incidente de desconsideração da personalidade jurídica para o redirecionamento da execução fiscal com base na dissolução irregular .....	336

GRUPO ECONÔMICO .....	338
Exigência do IDPJ para a corresponsabilização tributária em caso de grupo econômico .....	339
Legitimidade do sócio executado para impugnar decisão do IDPJ em face das empresas nas quais possui participação societária .....	341
Dispensabilidade do IDPJ em casos mistos – grupo econômico .....	342
Desconsideração da personalidade jurídica para fins de responsabilidade patrimonial .....	344
Possibilidade de IDPJ para estender os efeitos da execução a terceiro ("sócio oculto") .....	344
Quanto ao uso de medidas acautelatórias em IDPJ .....	345
Posição da RFB: a existência de grupo econômico não gera, por si só, corresponsabilidade solidária .....	346
Ferramenta extrajudicial apta a fornecer indícios de grupo econômico de fato .....	348
Prescrição para a corresponsabilização em caso de grupo econômico .....	349
Prescrição em caso de manejo de Medida Cautelar Fiscal preparatória do redirecionamento .....	350
<b>ART. 4º, VI – EXECUÇÃO FISCAL CONTRA SUCESSORES</b> .....	350
<b>SUCCESSÃO TRIBUTÁRIA CAUSA MORTIS</b> .....	350
Executado previamente falecido .....	350
Devedor falece após ter sido constituído o crédito tributário: responsabilidade do espólio .....	351
Contribuinte falece antes do lançamento: fato gerador praticado pelo espólio antes da partilha .....	352
Haveria nulidade na constituição do crédito em face do contribuinte falecido quando o Fisco não tem ciência do óbito? .....	352
<b>RESPONSABILIDADE POR SUCESSÃO NA REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA</b> .....	353
Responsabilidade tributária por cisão .....	355
Redirecionamento por sucessão tributária .....	355
<b>O SUCESSOR RESPONDE PELO DÉBITO TRIBUTÁRIO, INCLUÍDOS OS ENCARGOS MORATÓRIOS DEVIDOS PELA SUCEDIDA</b> .....	356
<b>ART. 4º, § 1º - CASO DE RESPONSABILIDADE DOS ADMINISTRADORES JUDICIAIS</b> .....	356
<b>RESPONSABILIDADE PUNITIVA</b> .....	357
<b>RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA DOS ADMINISTRADORES DE BENS DE TERCEIROS</b> .....	357
Responsabilidade pessoal .....	359
<b>ART. 4º, § 2º - EXTENSÃO DAS NORMAS DE RESPONSABILIDADE</b> .....	360
<b>APLICAÇÃO SUPLETIVA DAS NORMAS DE RESPONSABILIDADE</b> .....	360
<b>ART. 4º, § 3º - BENEFÍCIO DE ORDEM</b> .....	360
<b>RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA</b> .....	360
<b>ART. 4º, § 4º - APLICABILIDADE DAS GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO ÀS EXECUÇÕES NÃO TRIBUTÁRIAS</b> .....	361
<b>REFORÇO À RECUPERABILIDADE DOS CRÉDITOS DESTITUÍDOS DE NATUREZA TRIBUTÁRIA</b> .....	361
<b>A CORRESPONSABILIZAÇÃO DOS ADMINISTRADORES POR DÉBITOS DE FGTS NÃO PODE SE PAUTAR PELOS ARTIGOS 134 E 135 DO CTN</b> .....	362
<b>ART. 5º - EXCLUSÃO DA COMPETÊNCIA DE OUTROS JUÍZOS</b> .....	362
<b>COMPETÊNCIA ABSOLUTA DO JUÍZO DA EXECUÇÃO FISCAL</b> .....	362

COMPETÊNCIA <i>RATIONE LOCI</i> .....	363
Extinção da competência delegada à Justiça Estadual .....	364
Insolvência civil é da competência da Justiça Estadual .....	365
<b>ART. 6º - REQUISITOS DA INICIAL EXECUTIVA</b> .....	365
INICIAL SIMPLIFICADA .....	365
DESNECESSIDADE DE INDICAÇÃO DO CPF OU CNPJ NA INICIAL .....	365
<b>ART. 6º, § 1º - APRESENTAÇÃO DA CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA</b> .....	366
NULIDADE DA EXECUÇÃO FISCAL PROPOSTA SEM A CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA .....	366
<b>ART. 6º, § 2º - TRANSCRIÇÃO DA CDA NA INICIAL</b> .....	367
DISPENSA DE CÓPIA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO RELATIVO AO CRÉDITO .....	367
<b>ART. 6º, § 3º - ABERTURA À PRODUÇÃO DE PROVAS</b> .....	368
REFORÇO DOS PODERES DO CREDOR .....	368
QUEBRA DA ISONOMIA .....	369
<b>ART. 6º, § 4º - VALOR DA CAUSA</b> .....	369
DESNECESSÁRIO DEMONSTRATIVO DE CÁLCULO .....	369
A EXECUÇÃO SE FAZ NO INTERESSE DO CREDOR .....	370
O DESINTERESSE DO CREDOR NÃO PREVINE A PRESCRIÇÃO .....	371
ABANDONO PODE LEVAR À EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO FISCAL .....	371
<b>ART. 7º - DESPACHO INICIAL</b> .....	373
CONTROLE DA INICIAL .....	373
POSSIBILIDADE DA PRONÚNCIA DA PRESCRIÇÃO DE OFÍCIO .....	373
ATOS AUTOMÁTICOS DECORRENTES DO MERO DESPACHO INICIAL .....	374
<b>ART. 7º, I – O DESPACHO INICIAL CONTÉM ORDEM DE CITAÇÃO</b> .....	375
FINALIDADE DA CITAÇÃO NA EXECUÇÃO FISCAL .....	375
A DEMORA NA CITAÇÃO INERENTE AO MECANISMO DA JUSTIÇA NÃO PERMITE O RECONHECIMENTO DE PRESCRIÇÃO .....	375
<b>ART. 7º, II – ORDEM DE PENHORA</b> .....	376
DILIGÊNCIAS COMPREENDIDAS NA ORDEM DE PENHORA .....	377
Consulta a dados bancários .....	377
Requisição de informações ao INSS .....	379
INCUMBE AO CREDOR IMPULSIONAR A EXECUÇÃO, INDICANDO BENS PENHORÁVEIS .....	381
BENS DE BAIXO VALOR NÃO ESCAPAM DA PENHORA .....	381
FICAM RESSALVADAS APENAS AS IMPENHORABILIDADES ABSOLUTAS .....	381
NOVA PENHORA .....	381
REFORÇO .....	382
RERRATIFICAÇÃO .....	383
PENHORA DE BEM DE TERCEIRO .....	384
Honorários sucumbenciais nos embargos de terceiro .....	385

PENHORA EXCESSIVA.....	387
Via própria para alegação do excesso de penhora.....	387
A PENHORA PODE PROPORCIONAR EFEITOS POSITIVOS PARA O EXECUTADO.....	388
<b>ART. 7º, III – ORDEM DE ARRESTO.....</b>	<b>393</b>
ARRESTO EXECUTIVO.....	393
IMPOSSIBILIDADE DE BLOQUEIO DE BENS LIMINARMENTE A TÍTULO DE ARRESTO.....	394
Supressão do direito de defesa: EPE ou agravo de instrumento.....	396
<b>ART. 7º, IV – ORDEM PARA REGISTRO DA CONSTRIÇÃO.....</b>	<b>397</b>
ORDEM DE REGISTRO DA PENHORA OU DO ARRESTO.....	397
DESPESAS.....	398
<b>ART. 7º, V – ORDEM PARA AVALIAÇÃO.....</b>	<b>399</b>
AVALIAÇÃO.....	399
<b>ART. 8º - CINCO DIAS PARA PAGAR OU GARANTIR.....</b>	<b>399</b>
O EXECUTADO É CITADO PARA PAGAR OU GARANTIR A EXECUÇÃO.....	399
Desconto dos honorários em caso de pronto pagamento.....	400
PRAZO DE CINCO DIAS ÚTEIS.....	400
POSSIBILIDADE EXCEPCIONAL DE PENHORA CONCOMITANTE COM A CITAÇÃO.....	400
O executado deve efetuar o pagamento em dois dias úteis de forma a obstar a penhora do bem indicado pela Fazenda Pública.....	401
INÉRCIA DO EXECUTADO.....	402
CITAÇÃO INTERROMPE A PRESCRIÇÃO.....	402
<b>ART. 8º, I – MEIOS PARA A CITAÇÃO.....</b>	<b>403</b>
EM REGRA, A CITAÇÃO É REALIZADA PELO CORREIO.....	403
APLICABILIDADE À EXECUÇÃO FISCAL DAS REFORMAS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL QUANTO À CITAÇÃO PREFERENCIALMENTE ELETRÔNICA.....	403
Domicílio judicial eletrônico.....	405
Cronograma de implantação do domicílio judicial eletrônico.....	406
REQUERIMENTO DA CREDORA PARA REALIZAÇÃO DA CITAÇÃO POR MEIO DIVERSO.....	407
<b>ART. 8º, II – CITAÇÃO PELA ENTREGA DA CARTA.....</b>	<b>408</b>
A CITAÇÃO POSTAL É CONSIDERADA EFETUADA PELA MERA ENTREGA DA CARTA NO ENDEREÇO DO EXECUTADO.....	408
<b>ART. 8º, III – CITAÇÃO POR OFICIAL DE JUSTIÇA.....</b>	<b>409</b>
A CITAÇÃO POR EDITAL É CABÍVEL APENAS QUANDO FRUSTRADA A DILIGÊNCIA PESSOAL.....	409
É NECESSÁRIO ESGOTAR AS DILIGÊNCIAS NA BUSCA DO ENDEREÇO DO EXECUTADO?.....	409
QUANDO É POSSÍVEL A CITAÇÃO EDITALÍCIA DIRETAMENTE.....	411
<b>ART. 8º, IV E § 1º – REGRAS DA CITAÇÃO POR EDITAL.....</b>	<b>412</b>
CITAÇÃO POR EDITAL E INÍCIO DO PRAZO PARA PAGAR OU GARANTIR A EXECUÇÃO.....	412
AO EXECUTADO CITADO POR EDITAL DEVE SER NOMEADO CURADOR.....	412
A CITAÇÃO POR EDITAL INTERROMPE A PRESCRIÇÃO.....	413

<b>ART. 8º, § 2º - INTERRUÇÃO DA PRESCRIÇÃO</b> .....	413
<b>PRESCRIÇÃO DO CRÉDITO E A LEI DAS EXECUÇÕES FISCAIS</b> .....	413
Processos anteriores à LC 118, de 2005 .....	414
Mesmo a citação editalícia interrompia a prescrição .....	415
Ordens de citação proferidas após a LC 118 – aplicabilidade imediata .....	416
A interrupção da prescrição retroage à data da propositura da execução .....	417
Condicionante da retroação à data da propositura da ação .....	417
<b>ART. 9º - FACULDADES DO EXECUTADO</b> .....	418
<b>TOTAL DA EXECUÇÃO</b> .....	418
Parcelamento tributário como medida de gestão diante da citação na execução fiscal .....	418
<b>ART. 9º, I – GARANTIA DA EXECUÇÃO POR DEPÓSITO</b> .....	420
<b>DEPÓSITO ENQUANTO CAUSA DE SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO</b> .....	420
O depósito anterior determina a extinção da execução fiscal .....	421
Suspensão da execução por depósito .....	422
O valor depositado será destinado após o trânsito em julgado dos embargos .....	423
<b>ART. 9º, II – GARANTIA DA EXECUÇÃO POR FIANÇA BANCÁRIA OU SEGURO GARANTIA</b> .....	423
<b>CONTRATAÇÃO DE GARANTIA FIDEJUSSÓRIA</b> .....	424
O seguro garantia e a fiança bancária estão equiparados ao dinheiro .....	424
A fiança e o seguro garantem plenamente a execução .....	424
Seguro garantia e fiança bancária não suspendem a exigibilidade do crédito tributário .....	426
Seguro garantia e fiança bancária permitem a certificação da regularidade fiscal .....	426
Suspensão da exigibilidade dos créditos não tributários .....	427
Apólice de seguro garantia e carta de fiança bancária não devem ter vigência limitada no tempo..	428
<b>ART. 9º, III – GARANTIA DA EXECUÇÃO POR PENHORA DE BENS INDICADOS PELO EXECUTADO</b> ....	429
<b>MENOR ONEROSIDADE</b> .....	429
Impossibilidade de recusa caprichosa à indicação .....	430
<b>ART. 9º, IV – GARANTIA DA EXECUÇÃO PELA INDICAÇÃO DE BENS DE TERCEIROS À PENHORA</b> ....	431
<b>PENHORA DE BENS DE MATRIZ E FILIAIS</b> .....	432
<b>ART. 9º, § 1º - CONSENTIMENTO DO CÔNJUGE</b> .....	433
<b>OUTORGA UXÓRIA, AUTORIZAÇÃO MARITAL OU ANUÊNCIA DO CÔNJUGE</b> .....	433
Terceiro casado no regime da separação absoluta (convencional) de bens .....	434
Anuência do companheiro .....	434
<b>ART. 9º, § 2º – PROVA DA GARANTIA POR DEPÓSITO, FIANÇA OU SEGURO</b> .....	435
<b>A GARANTIA QUE FOR ESTABELECIDADA DEVE SER DOCUMENTADA NA EXECUÇÃO FISCAL</b> .....	435
<b>ART. 9º, § 3º – IGUALDADE DE EFEITOS ENTRE AS MODALIDADES DE GARANTIA</b> .....	436
<b>SEGURO GARANTIA E FIANÇA BANCÁRIA EQUIPARAM-SE AO DEPÓSITO EM DINHEIRO PARA FINS DE GARANTIA DA EXECUÇÃO</b> .....	436
<b>DISPENSA DA FORMALIZAÇÃO DA PENHORA DO DEPÓSITO EM DINHEIRO</b> .....	437
Efeitos de penhora para fins de prazo para embargar a execução .....	438

DESNECESSIDADE DE LAVRATURA DE TERMO DE PENHORA DA CARTA DE FIANÇA BANCÁRIA OU DA APÓLICE DE SEGURO GARANTIA .....	438
Prazo para embargar a execução que foi garantida por seguro ou fiança.....	439
<b>ART. 9º, § 4º – DEPÓSITO E INTERRUPÇÃO DA MORA</b> .....	439
ATUALIZAÇÃO DO VALOR DEPOSITADO .....	439
<b>ART. 9º, § 5º - CONDIÇÕES DA FIANÇA</b> .....	440
CONDIÇÕES PARA A ACEITAÇÃO DO SEGURO GARANTIA OU FIANÇA BANCÁRIA PARA GARANTIR A EXECUÇÃO OU SUBSTITUIR A PENHORA.....	441
A fiança prestada por instituição financeira .....	442
Critérios do exequente.....	442
<b>ART. 9º, § 6º - PAGAMENTO PARCIAL DA EXECUÇÃO</b> .....	446
CONTINUAÇÃO DA EXECUÇÃO FISCAL PELO SALDO DEVEDOR, APÓS IMPUTAÇÃO DE VALORES PAGOS .....	446
O PARCELAMENTO É MEDIDA ADMINISTRATIVA .....	446
O parcelamento não determina a extinção da execução fiscal .....	447
VEDAÇÃO AO PARCELAMENTO DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS EM CASO DE DOLO, FRAUDE OU SIMULAÇÃO .....	447
Ressalvada a boa-fé do contribuinte.....	448
O PARCELAMENTO DA DÍVIDA EXEQUENDA NO CURSO DA EXECUÇÃO NÃO POSSIBILITA A DESCONSTITUIÇÃO DA GARANTIA.....	449
O PARCELAMENTO NÃO RESSUSCITA CRÉDITO PRESCRITO .....	450
O PARCELAMENTO NÃO POSSIBILITA A EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO FISCAL ENQUANTO NÃO PAGO O DÉBITO.....	450
O CREDOR PODE INDEFERIR O PARCELAMENTO REQUERIDO POSTERIORMENTE AO EDITAL DE LEILÃO.....	451
<b>ART. 9º, § 7º - VEDAÇÃO À LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA</b> .....	452
LIQUIDAÇÃO DA FIANÇA BANCÁRIA E DO SEGURO GARANTIA.....	452
Posição anterior do STJ no sentido da possibilidade de liquidação das garantias ao longo dos embargos.....	453
IMPOSSIBILIDADE DE ORDEM PARA DEPÓSITO DO VALOR GARANTIDO ANTES DO JULGAMENTO DEFINITIVO DOS EMBARGOS.....	454
Fim da controvérsia sobre a liquidação antecipada.....	455
Ação ordinária posterior ao prazo para embargos também suspende a liquidação do seguro garantia .....	456
<b>ART. 10 – PENHORA GRAVOSA</b> .....	456
PENHORA.....	456
Quantos mandados de penhora podem ser expedidos em face do mesmo devedor?.....	457
SILÊNCIO DO EXECUTADO IMPLICA PENHORA GRAVOSA.....	457
PRINCÍPIO DA RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL.....	458
PESSOA JURÍDICA TEM ALGUMA PROTEÇÃO DE IMPENHORABILIDADE DE SEUS BENS? .....	458
INDISPONIBILIDADE DECORRENTE DA PENHORA FEDERAL .....	459

BLOQUEIO DE VALORES.....	459
O bloqueio de valores exige requerimento do credor .....	460
Desnecessidade de o credor esgotar todas as medidas possíveis para a localização de bens penhoráveis antes do bloqueio <i>online</i> .....	461
Reiteração automática das ordens de bloqueio (“teimosinha”).....	461
No sentido de que a “teimosinha” acabaria por bloquear ilegalmente 100% do faturamento da empresa .....	464
Razoabilidade na reiteração automática (“teimosinha”) em face de pessoas físicas .....	464
O juiz pode deixar de bloquear ou liberar - de ofício - valores presumivelmente impenhoráveis... ..	465
Tema Repetitivo 1235: a impenhorabilidade das quantias de até 40 salários-mínimos é matéria de ordem pública?.....	466
Bloqueio de valores em conta bancária conjunta.....	466
Responsabilidade patrimonial do cônjuge, meeiro ou coproprietário pelos débitos do executado .....	468
A RENOVAÇÃO DA ORDEM DE BLOQUEIO EXIGE INDÍCIOS DE ALTERAÇÃO DA SITUAÇÃO DO DEVEDOR .....	470
A PENHORA DE NUMERÁRIO EM EXECUÇÃO FISCAL DA UNIÃO TRANSFERE OS VALORES EM PRO- VEITO DO CREDOR .....	470
A PENHORA INSUFICIENTE PERMITE QUE O CREDOR REQUEIRA O REFORÇO DA GARANTIA .....	471
POSSIBILIDADE DE DECRETAÇÃO DA INDISPONIBILIDADE DE BENS DO EXECUTADO .....	471
DECRETAÇÃO DA INDISPONIBILIDADE PATRIMONIAL GENÉRICA: esgotamento das tentativas de penhora .....	472
Ordem de indisponibilidade via Central Nacional de Indisponibilidade de Bens – CNIB .....	473
Uso do SNIPER.....	476
IMPOSSIBILIDADE DE DECRETAÇÃO DA INDISPONIBILIDADE DE BENS COM BASE NO ART. 185-A DO CTN NAS EXECUÇÕES POR CRÉDITOS NÃO TRIBUTÁRIOS .....	479
MEDIDAS EXECUTIVAS ATÍPICAS NA EXECUÇÃO FISCAL.....	480
Tema Repetitivo 1137 sobre o cabimento de medidas executivas atípicas na execução fiscal ....	487
PENHORA DE BENS COMUNS REGISTRADOS EM NOME DO CÔNJUGE OU COMPANHEIRO .....	487
<b>ART. 11 – ORDEM DE PREFERÊNCIA DA PENHORA .....</b>	<b>489</b>
PENHORA DE RECEBÍVEIS, LIMITADAMENTE A 5% .....	489
PENHORA DE IMÓVEL NÃO SUSPENDE A EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO .....	489
ARMAS DE FOGO .....	490
PENHORA DO FATURAMENTO.....	490
A penhora do faturamento deixa de ser excepcional.....	491
Momento de penhora do faturamento.....	491
Percentual da penhora do faturamento .....	492
Faturamento não é dinheiro penhorado.....	492
Negócio jurídico processual para fins da penhora do faturamento .....	493
PENHORA DE RECEBÍVEIS .....	493
PENHORA DE AÇÕES NEGOCIADAS EM BOLSA .....	494
COTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO NÃO SÃO EQUIPARADOS A DINHEIRO PARA FINS DE PENHORA .....	495
PENHORA DE MARCAS.....	496
PENHORA DE DOMÍNIO .....	496



PENHORA DE PRECATÓRIO .....	497
PENHORA DE BITCOINS .....	497
PENHORA DE CONTA BANCÁRIA CONJUNTA .....	498
<b>ART. 11, § 1º - PENHORA DE ESTABELECIMENTO</b> .....	499
POSSIBILIDADE DE PENHORA DE ESTABELECIMENTO EMPRESARIAL .....	499
<b>ART. 11, § 2º - DEPÓSITO DO DINHEIRO PENHORADO</b> .....	502
PENHORA DE DINHEIRO .....	502
<b>ART. 11, § 3º - REMOÇÃO E DEPÓSITO DO BEM PENHORADO</b> .....	502
DEPÓSITO .....	502
REMOÇÃO DO BEM PENHORADO APENAS QUANDO NECESSÁRIA OU PARA FINS DE LEILÃO .....	503
<b>ART. 12- CAPUT E § 1º - INTIMAÇÃO DA PENHORA PELA IMPRENSA OU POR CARTA</b> .....	504
INTIMAÇÃO DA PENHORA AO EXECUTADO .....	504
<b>ART. 12, § 2º - INTIMAÇÃO DO CÔNJUGE NO CASO DE PENHORA DE IMÓVEL</b> .....	505
NECESSIDADE DE INTIMAÇÃO DA PENHORA DE IMÓVEL AO CÔNJUGE DO EXECUTADO .....	505
A falta de intimação do cônjuge não causa nulidade da penhora .....	507
É indispensável a intimação do cônjuge acerca do leilão do bem comum, sob pena de nulidade da expropriação .....	507
PENHORA DE BEM INDIVISÍVEL SOBRE O QUAL HÁ COPROPRIEDADE OU MEAÇÃO DO EXECUTADO .....	507
Desnecessidade de embargos de terceiros para a defesa do quanto decorre do art. 843 do CPC .....	509
DIREITO DE PREFERÊNCIA DO CÔNJUGE MEEIRO OU COPROPRIETÁRIO NA ARREMATAÇÃO DO BEM COMUM .....	509
<b>ART. 12, § 3º - IMPRESCINDIBILIDADE DA INTIMAÇÃO DA PENHORA AO EXECUTADO</b> .....	510
NECESSIDADE DE INTIMAÇÃO DA REALIZAÇÃO DA PENHORA PARA FINS DA OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DEVEDOR COMO MEDIDA PRELIMINAR À EXPROPRIAÇÃO .....	510
POSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO NÃO PESSOAL SOBRE BLOQUEIO DE VALORES .....	511
<b>ART. 13 - AVALIAÇÃO DA PENHORA</b> .....	512
AVALIAÇÃO FEITA POR OFICIAL DE JUSTIÇA .....	512
DESPESAS COM AVALIADOR .....	513
<b>ART. 13, § 1º - IMPUGNAÇÃO DA AVALIAÇÃO</b> .....	513
PRAZO PARA IMPUGNAR A AVALIAÇÃO .....	513
OBJETO DA IMPUGNAÇÃO .....	513
IMPUGNAÇÃO EXTEMPORÂNEA E SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO FISCAL .....	515
<b>ART. 13, §§ 2º e 3º - AVALIAÇÃO POR PERITO</b> .....	515
PERÍCIA PARA FINS DE AVALIAÇÃO .....	515
<b>ART. 14 - AVERBAÇÃO DA PENHORA OU DO ARRESTO</b> .....	516
DISPENSABILIDADE DO REGISTRO DA PENHORA ELETRÔNICA .....	516
<b>ART. 15, I - SUBSTITUIÇÃO DA PENHORA</b> .....	517

LIMITAÇÃO À POSSIBILIDADE DE SUBSTITUIÇÃO DA PENHORA PELO EXECUTADO .....	517
Substituição da penhora: exemplos.....	517
A PENHORA INSUFICIENTE .....	518
Possibilidade de substituição da penhora insuficiente em caso de parcelamento do crédito exequendo.....	519
O SEGURO GARANTIA E A FIANÇA BANCÁRIA EQUIPARAM-SE À PENHORA DE DINHEIRO.....	520
SUBSTITUIÇÃO DA PENHORA POR SEGURO GARANTIA OU FIANÇA BANCÁRIA.....	522
Substituição da penhora por seguro garantia ou fiança bancária. Desnecessidade do acréscimo de 30% sobre o valor do débito .....	525
IMPOSSIBILIDADE DE O JUIZ DETERMINAR A SUBSTITUIÇÃO INDEPENDENTEMENTE DE REQUERIMENTO.....	526
O EXECUTADO PODE SUBSTITUIR LIVREMENTE APENAS POR DEPÓSITO, SEGURO GARANTIA OU FIANÇA BANCÁRIA .....	526
<b>ART. 15, II – PODER DE O CREDOR PROMOVER A SUBSTITUIÇÃO .....</b>	<b>526</b>
QUEBRA DA ISONOMIA .....	526
O REFORÇO DA PENHORA EXIGE REQUERIMENTO DO CREDOR.....	528
<b>ART. 16 – PRAZO PARA EMBARGO DE DEVEDOR.....</b>	<b>528</b>
CONTAGEM EM DIAS ÚTEIS.....	528
NATUREZA DOS EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL .....	529
POSSIBILIDADE DE EMBARGAR A EXECUÇÃO MESMO APÓS A CONFISSÃO DO DÉBITO E PARCELAMENTO .....	529
A CONFISSÃO E RECONHECIMENTO DO DÉBITO PARA FINS DE ACORDO OU PARCELAMENTO NÃO IMPEDE A DISCUSSÃO PELOS CODEVEDORES SOLIDÁRIOS NÃO ANUENTES .....	531
LEGITIMIDADE DO CÔNJUGE OU COMPANHEIRO DO DEVEDOR PARA OS EMBARGOS À EXECUÇÃO..	531
ILEGITIMIDADE DA EMPRESA PARA DEFENDER INTERESSE DO SÓCIO .....	532
<b>ART. 16, I – PRAZO PARA EMBARGAR A CONTAR DO DEPÓSITO .....</b>	<b>533</b>
CONSTITUIÇÃO DA GARANTIA DA EXECUÇÃO COM DEPÓSITO EM DINHEIRO.....	533
<b>ART. 16, II – PRAZO PARA EMBARGAR EXECUÇÃO GARANTIDA POR SEGURO OU FIANÇA .....</b>	<b>534</b>
POSIÇÃO CONSERVADORA.....	534
NO SENTIDO DA NECESSIDADE DE PROVIMENTO JUDICIAL ACERCA DA HIGIDEZ DA GARANTIA...	535
Não se deve lavar termo de penhora de carta de fiança bancária ou de apólice de seguro garantia	535
<b>ART. 16, III – DISPARO DO PRAZO PARA EMBARGAR COM A INTIMAÇÃO DA PENHORA .....</b>	<b>535</b>
PRAZO PARA EMBARGAR DIANTE DA REALIZAÇÃO DE PENHORA COERCITIVA.....	535
<b>ART. 16, § 1º - EXIGÊNCIA DE PENHORA PARA OS EMBARGOS .....</b>	<b>536</b>
REGRA GERAL: EXIGE-SE GARANTIA PARA OPOSIÇÃO DE EMBARGOS.....	536
Executado hipossuficiente e admissibilidade de embargos sem garantia .....	536
Amplitude da defesa contra as execuções de títulos executivos extrajudiciais .....	538
A garantia deve ser total? .....	538
No sentido da constitucionalidade e da validade da exigência da garantia para embargar.....	540
No sentido da inconstitucionalidade da exigência de garantia para embargos.....	541
Direito a embargar no caso de absoluta inexistência de bens penhoráveis .....	542

CRÉDITO CONSTITUÍDO POR VOTO DE QUALIDADE NO CARF .....	544
A INSUFICIÊNCIA DA PENHORA NÃO DETERMINA A EXTINÇÃO DOS EMBARGOS QUE TENHAM SIDO TEMPESTIVAMENTE OPOSTOS .....	546
PENHORA IRRISÓRIA.....	546
SACRIFÍCIO PATRIMONIAL SEM SATISFAÇÃO SUBSTANCIAL DO INTERESSE DO CREDOR.....	548
NOVA PENHORA PERMITE EMBARGOS APENAS SOBRE ESTA GARANTIA.....	548
<b>ART. 16, § 2º - CONCENTRAÇÃO DAS MATÉRIAS DE DEFESA .....</b>	<b>549</b>
INVIABILIDADE DE EMBARGOS COM ALEGAÇÕES MERAMENTE GENÉRICAS.....	549
Alegação de erro do próprio contribuinte .....	550
NECESSIDADE DE INSTRUÇÃO PRELIMINAR DOS EMBARGOS.....	550
IMPOSSIBILIDADE DE AMPLIAÇÃO DAS ALEGAÇÕES DE DEFESA APÓS A IMPUGNAÇÃO AOS EMBARGOS .....	551
<b>ART. 16, § 3º - LIMITAÇÕES TEMÁTICAS DOS EMBARGOS .....</b>	<b>551</b>
IMPOSSIBILIDADE DA COMPENSAÇÃO EM EMBARGOS .....	551
Compensação previamente realizada .....	552
Renovação da jurisprudência do STJ acerca da inviabilidade dos embargos para discutir compensação indevidamente recusada pela Administração.....	555
Nova posição do STJ: inviabilidade da análise de compensação não homologada em embargos	557
Crítica à posição restritiva do STJ .....	557
Inexistência de cancelamento expresso da Tese do Tema Repetitivo 294.....	558
Novos julgados do TRF da 4ª Região admitindo a análise de compensação em embargos.....	559
Inconstitucionalidade do § 3º do art. 16 da LEF?.....	559
Posição do STF: ofensa meramente reflexa à Constituição.....	562
Alternativamente: conversão de embargos pendentes em rito comum ordinário para análise de compensação administrativamente rejeitada.....	562
Proposta legislativa para alteração do §3º retirando-se a “compensação”.....	565
IMPUGNAÇÃO À GRATUIDADE DA JUSTIÇA OU À ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA .....	567
<b>ART. 17 – PROCESSAMENTO DOS EMBARGOS.....</b>	<b>567</b>
AUSÊNCIA DE PREVISÃO PARA CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO AOS EMBARGOS.....	567
Embargos suspensos na pendência de Recurso Repetitivo. Não suspensão da execução fiscal .	571
Cabimento de agravo de instrumento contra a decisão que indefere o pedido de efeito suspensivo	573
<b>ART. 17, PARÁGRAFO ÚNICO – INSTRUÇÃO DOS EMBARGOS .....</b>	<b>573</b>
INSTRUÇÃO DOS EMBARGOS .....	573
EXTINÇÃO DOS EMBARGOS NO CASO DE RECONHECIMENTO DO CRÉDITO PELO DEVEDOR.....	574
O parcelamento pode exigir renúncia às alegações pendentes sobre o mesmo débito .....	575
REVISÃO JUDICIAL DA DÍVIDA CONFESSADA QUANDO DO PARCELAMENTO .....	576
PAGAMENTOS DE FGTS AOS EMPREGADOS.....	577
EFEITOS DO JULGAMENTO DOS EMBARGOS DE DEVEDOR.....	579
A sentença de procedência dos embargos não implica liberação imediata ou automática das garantias da execução fiscal.....	579

Possibilidade extraordinária de imediata liberação da penhora quando da sentença de procedência .	579
Embargos julgados improcedentes determinam o prosseguimento da execução fiscal, mesmo quando tenham sido recebidos com efeito suspensivo.....	580
CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS.....	581
CABÍVEIS HONORÁRIOS NA EXECUÇÃO E NOS EMBARGOS .....	581
<b>ART. 18 – PROCESSAMENTO DA EXECUÇÃO NO INTERESSE DO CREDOR .....</b>	<b>582</b>
PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO FISCAL.....	582
Indispensabilidade da abertura de prazo para embargos após a garantia da execução .....	582
POSSIBILIDADE DE REMIÇÃO DA EXECUÇÃO.....	583
Emolumentos extrajudiciais devidos pelo executado.....	583
PARCELAMENTO DO CRÉDITO EXEQUENDO ÀS VÉSPERAS DO LEILÃO .....	584
<b>ART. 19 – RESGATE DO BEM DE TERCEIRO .....</b>	<b>585</b>
NÃO HÁ EFEITO SUSPENSIVO AUTOMÁTICO DOS EMBARGOS .....	585
Retomada da contagem da prescrição intercorrente após o trânsito em julgado dos embargos que tenham sido recebidos com efeito suspensivo .....	585
<b>ART. 19, I – REMIÇÃO DO BEM PENHORADO.....</b>	<b>586</b>
POSSIBILIDADE DO TERCEIRO GARANTIDOR DEPOSITAR O VALOR CORRESPONDENTE E RESGATAR O BEM PENHORADO.....	586
<b>ART. 19, II – PAGAMENTO DA DÍVIDA GARANTIDA POR FIANÇA BANCÁRIA OU SEGURO GARANTIA .....</b>	<b>586</b>
PAGAMENTO PELO FIADOR OU SEGURADORA.....	586
<b>ART. 20 – COMPETÊNCIA DO JUÍZO DEPRECADO .....</b>	<b>587</b>
CABEM AO JUÍZO OS EMBARGOS QUE VERSAREM SOBRE ATOS LÁ PRATICADOS .....	588
Bens indicados à penhora pelo juízo deprecante .....	588
EMBARGOS QUE COMBATEM A EXECUÇÃO E ATOS DO JUÍZO DEPRECADO .....	588
<b>ART. 21 - ALIENAÇÃO ANTECIPADA DOS BENS PENHORADOS .....</b>	<b>589</b>
CASOS PARA ALIENAÇÃO ANTECIPADA.....	589
<b>ART. 22 – PREPARAÇÃO DO LEILÃO .....</b>	<b>590</b>
PROVIDÊNCIAS PREPARATÓRIAS DO LEILÃO .....	590
FIXAÇÃO DAS REGRAS DO LEILÃO PELO EDITAL .....	591
PREÇO VIL.....	591
INTIMAÇÃO PESSOAL DO DEVEDOR .....	592
<b>ART. 22, § 1º - PUBLICIDADE MÍNIMA DO LEILÃO .....</b>	<b>592</b>
PRAZOS PARA A PUBLICAÇÃO DO EDITAL .....	593
<b>ART. 22, § 2º - INTIMAÇÃO PESSOAL DA FAZENDA PÚBLICA.....</b>	<b>593</b>
REITERAÇÃO DO PRIVILÉGIO DA INTIMAÇÃO PESSOAL DO CREDOR .....	593
<b>ART. 23 – ALIENAÇÃO POR LEILÃO.....</b>	<b>593</b>
REGULAMENTAÇÃO DO LEILÃO PELO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA.....	594
NECESSIDADE DE ABERTURA DA EXECUÇÃO FISCAL A NOVAS MODALIDADES DE EXPROPRIAÇÃO..	600

O CANCELAMENTO DO LEILÃO POR PAGAMENTO OU PARCELAMENTO NÃO EXONERA O DEVEDOR DAS DESPESAS.....	600
A MERA INTENÇÃO DE PAGAR OU PARCELAR A DÍVIDA NÃO IMPEDE O LEILÃO.....	601
<b>ART. 23, § 1º - LOTES A SEREM APREGOADOS</b> .....	601
ALIENAÇÃO ISOLADAMENTE OU EM LOTES .....	601
<b>ART. 23, § 2º - COMISSÃO DO LEILOEIRO E DESPESAS</b> .....	602
CUSTOS DA ARREMATAÇÃO.....	602
Comissão mínima .....	602
DEFINITIVIDADE DA ARREMATAÇÃO.....	603
DESFAZIMENTO EXCEPCIONAL DA ARREMATAÇÃO.....	604
Possibilidade de desfazimento da arrematação por vício arguido em dez dias .....	604
O arrematante pode desistir da arrematação diante de nova circunstância não prevista no edital ou diante de questionamento sobre a validade do ato .....	605
<b>ART. 24 – ADJUDICAÇÃO AO CREDOR</b> .....	606
FACULDADE DO CREDOR REQUERER A ADJUDICAÇÃO DOS BENS PENHORADOS.....	607
<b>ART. 25 – PRIVILÉGIO DA INTIMAÇÃO PESSOAL</b> .....	608
INTIMAÇÃO PESSOAL DOS PROCURADORES FAZENDÁRIOS .....	608
A EXIGÊNCIA DA INTIMAÇÃO PESSOAL FAVORECE TAMBÉM OS CONSELHOS.....	609
CONSEQUÊNCIAS DA AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO PESSOAL.....	609
NOS CASOS DE SUSPENSÃO DO PROCESSO PELO ART. 40 A PGFN DISPENSA A INTIMAÇÃO PESSOAL.....	610
POSSIBILIDADE RESIDUAL DE INTIMAÇÃO POSTAL DA FAZENDA PÚBLICA .....	611
<b>ART. 26 – EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO POR CANCELAMENTO ADMINISTRATIVO DA CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA</b> .....	611
O CREDOR TEM O PODER DE DESISTIR DA EXECUÇÃO A QUALQUER TEMPO .....	612
A ISENÇÃO DE HONORÁRIOS PREVISTA PELO ART. 26 NÃO SE APLICA QUANDO HOUVE EXERCÍCIO DE DEFESA PELO DEVEDOR.....	612
Aplica-se o princípio da causalidade .....	613
Afastamento da tese do Tema Repetitivo 1076 do STJ .....	614
Tema 1255 da RG: honorários advocatícios exorbitantes .....	614
<b>ART. 27 – PUBLICAÇÕES PROCESSUAIS</b> .....	615
INFORMAÇÃO SOBRE O PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL E NÚMERO DA CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA DELE DECORRENTE.....	615
<b>ART. 28 – APENSAMENTO DAS EXECUÇÕES DAS MESMAS PARTES</b> .....	615
UNIFICAÇÃO DAS GARANTIAS.....	615
Pressuposto da mesma competência territorial .....	617
Possibilidade de reunião sem apensamento .....	618
<b>ART. 29 – INDEPENDÊNCIA DA EXECUÇÃO FISCAL</b> .....	618
O CRÉDITO DA EXECUÇÃO FISCAL NÃO SE SUBMETE A CONCURSOS DE CREDORES .....	618

CONCURSO ENTRE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PRIVADOS .....	619
O crédito tributário tem preferência independentemente de ter sido ajuizada a respectiva execução fiscal? .....	620
A EXECUÇÃO FISCAL DIANTE DE CREDORES TRABALHISTAS .....	621
Equiparação dos créditos de honorários advocatícios aos trabalhadores .....	622
BENS PENHORADOS EM EXECUÇÕES TRABALHISTAS .....	624
A execução fiscal deveria ser suspensa em virtude da existência de penhora trabalhista? .....	624
Qual juízo penhorante deve promover o leilão? .....	625
A EXECUÇÃO FISCAL DIANTE DOS PROCESSOS DE INSOLVÊNCIA EMPRESARIAL .....	626
Competência absoluta do juízo da execução fiscal .....	626
Incompetência da Justiça Federal para processos de falência, recuperação e insolvência civil ..	627
Ressalvas à competência da Justiça Federal .....	627
Não submissão da execução a concurso de credores .....	627
Impossibilidade de suscitação de Conflito de Competência diante do STJ como via indireta de defesa .....	628
A recuperação judicial não se aplica às execuções fiscais .....	630
Ausência de efeito suspensivo da execução fiscal pelo deferimento da recuperação judicial .....	630
O crédito não tributário não se submete aos efeitos do plano de recuperação judicial .....	632
A recuperação judicial não pode dispensar o equacionamento do passivo tributário .....	632
Compatibilização da execução fiscal com o procedimento de recuperação judicial .....	634
A questão da CND na recuperação judicial .....	635
Medidas atípicas .....	646
Substituição da penhora de bem sensível à recuperação .....	648
Deve haver uma postura cooperativa para com a execução fiscal .....	648
A questão da prática dos atos expropriatórios na execução fiscal contra devedor em processo de recuperação judicial .....	649
Impertinência de bloqueios de valores da recuperanda em execução fiscal .....	654
A concessão da recuperação não impede a corresponsabilização tributária de terceiros .....	654
Criação do incidente de classificação dos créditos públicos .....	656
A EXECUÇÃO FISCAL CONTRA DEVEDOR FALIDO .....	657
Hipóteses expressas de pedido de decretação da falência pelo credor fazendário .....	657
Descumprimento do parcelamento ou da transação específicos .....	658
Esvaziamento patrimonial da recuperanda .....	659
Crítica à concentração de poderes em mãos dos credores fazendários .....	661
Segregação das competências entre os juízos da falência e da execução fiscal .....	662
Corresponsabilização dos devedores fazendários na falência .....	663
Restituição de tributos retidos pelo falido .....	664
Tributação dos atos econômicos praticados durante a falência .....	665
Isenção do ganho de capital auferido na alienação de bens e do <i>haircut</i> .....	665
Outras inovações decorrentes da reforma da recuperação e da falência pela Lei nº 14.112/2020 com potenciais reflexos sobre as execuções fiscais do mesmo devedor...	666
O BEM PENHORADO NA EXECUÇÃO FISCAL TRIBUTÁRIA NÃO PODE SER ADJUDICADO EM FAVOR	

DE CREDOR PRIVADO EM EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL.....	668
OBRIGATÓRIA DESTINAÇÃO AO PROCESSO FALIMENTAR DOS VALORES DEPOSITADOS NA EXECUÇÃO.....	668
DÉBITOS <i>PROPTER REM</i> .....	669
<b>ART. 29, PARÁGRAFO ÚNICO - PREFERÊNCIAS ENTRE OS ENTES FEDERADOS E SUAS AUTARQUIAS .</b>	670
VIOLAÇÃO À FEDERAÇÃO .....	670
REVISÃO DA JURISPRUDÊNCIA PELO STF - NÃO RECEPÇÃO DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 29 ...	671
Créditos autárquicos federais, estaduais, distritais ou municipais .....	674
Preferência ditada pela ordem das penhoras, indisponibilidades ou arrestos.....	674
No sentido de que a ordem de preferência se estabelece pelas diversas penhoras do mesmo bem	675
No sentido da preferência ditada conforme a publicização da penhora .....	675
Preferência ditada por medida acautelatória.....	676
CONCORRÊNCIA COM CREDITORES PRIVADOS COM GARANTIA REAL .....	677
<b>ART. 30 - RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL.....</b>	679
INOPONIBILIDADE DE ÔNUS REAIS OU IMPENHORABILIDADES CONVENCIONAIS À EXECUÇÃO FISCAL .....	680
RESSALVA DOS BENS ABSOLUTAMENTE IMPENHORÁVEIS.....	680
Conflito entre sequestro penal e penhora.....	682
Bens alienados fiduciariamente .....	684
Bens recebidos em fideicomisso.....	684
Impenhorabilidade do capital de giro da empresa que tenha sido reservado ao pagamento de créditos preferenciais .....	684
Penhora de participações societárias.....	686
Penhorabilidade do imóvel gravado com usufruto.....	687
Impenhorabilidade do usufruto ou do imóvel gravado que sirva como bem de família.....	688
Proibição de venda do box a não condomínio .....	690
Imóvel sobre o qual pende alegação de usucapião.....	691
- Usucapião extrajudicial .....	691
- Ação de usucapião .....	693
- Usucapião e desvinculação do imóvel aos débitos anteriores .....	693
Bem em posse de terceiros.....	693
Bem locado.....	695
Valores depositados em conta-corrente vinculada ao CNPJ do empresário singular .....	695
A pessoa jurídica não tem suas aplicações financeiras protegidas por norma de impenhorabilidade	695
Impenhorabilidade de valores empregados por pessoa jurídica em atividades sociais relevantes	696
IMPENHORABILIDADE DE BENS DE HOSPITAIS FILANTRÓPICOS E SANTAS CASAS DE MISERICÓRDIA .....	696
Créditos ressalvados .....	697
IMPENHORABILIDADE DO BEM DE FAMÍLIA LEGAL .....	697
Imóvel de alto valor ou alto padrão.....	699
Impossibilidade de renúncia à impenhorabilidade do bem de família .....	700
Imóvel de uso misto   comercial e residencial – também pode ser protegido como bem de família..	702

Confusão patrimonial entre empresa e sócio .....	703
Cabe ao exequente demonstrar que o imóvel não constitui bem de família .....	703
Aquisição do imóvel pelo devedor ao longo da execução .....	704
A impenhorabilidade do bem de família não o protege dos débitos tributários propter rem .....	705
A impenhorabilidade do bem de família deve ser alegada até a carta de arrematação .....	705
Protesto contra a alienação do bem de família .....	706
<b>IMPENHORABILIDADES FIXADAS PELO CPC .....</b>	<b>706</b>
As impenhorabilidades do art. 833 do CPC são presumidas .....	707
Verbas salariais .....	708
É impenhorável apenas o salário do mês em que é feito o bloqueio de valores .....	708
Relativização da impenhorabilidade das verbas salariais.....	708
Possibilidade de penhora de verbas salariais .....	710
Tema Repetitivo 1230: questão da penhora de verbas salariais inferiores a 50 salários-mínimos .....	710
Relativização também nos casos de improbidade administrativa .....	711
Nova vertente jurisprudencial a permitir a penhora de verbas salariais .....	712
Respeito ao mínimo vital .....	713
Penhora de 30% do salário para pagamento de honorários advocatícios .....	715
Penhora de 30% do salário para pagamento de dívidas alimentares .....	715
Possibilidade de penhora de parte da remuneração que seja elevada .....	715
Revisão dos critérios utilizados pelo STJ para permitir a penhora de percentual de salários e outras verbas alimentares .....	716
Verbas alimentares .....	716
Impenhorabilidade dos créditos de restituição de IRPF que tenha incidido sobre verbas alimentares .....	717
Instrumentos de trabalho .....	718
Seguro de vida .....	719
Pequena propriedade rural .....	719
Quantia de até 40 (quarenta) salários-mínimos .....	722
A impenhorabilidade dos 40 salários-mínimos não beneficia pessoas jurídicas .....	724
Honorários profissionais acima de 50 (cinquenta) salários-mínimos .....	725
São alimentares os honorários da sociedade de advogados .....	726
<b>IMPENHORABILIDADE FUNDAMENTADA NO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA .....</b>	<b>726</b>
Exigindo prova plena sobre a indispensabilidade do bem .....	728
No sentido da impossibilidade de extensão da impenhorabilidade com base na dignidade humana .....	728
<b>FRAUDE À EXECUÇÃO .....</b>	<b>729</b>
Diferenciação de fraude a credores e fraude à execução .....	729
Cognoscibilidade da penhora como requisito para a caracterização da fraude à execução não tributária .....	730
Fraude à execução de créditos tributários .....	730
Alienação de bens pelo devedor tributário sem apresentação de certidões negativas de débito .....	732
Entendimento que desconsidera a existência de certidão de regularidade fiscal .....	736
Fraude à execução e alienações sucessivas .....	736



Necessidade de estabilização das relações jurídicas posteriores à fraude à execução .....	740
Divergência jurisprudencial mantida diante de peculiaridades do caso concreto.....	741
A destinação residencial do imóvel adquirido em fraude à execução não convalida o negócio jurídico .....	742
A alienação do bem de família pelo devedor não é fraude à execução.....	743
Intimação do terceiro adquirente de forma prévia ao reconhecimento da fraude à execução .....	743
Fraude à execução na alienação de bens do ativo circulante .....	745
Defesa contra o reconhecimento da fraude à execução incidentalmente na execução fiscal .....	747
Princípio da concentração da matrícula.....	748
Alienação praticada por coexecutado que não é codevedor na CDA.....	752
Inaplicabilidade do art. 185 do CTN às execuções por créditos não tributários.....	753
<b>ART. 31 – EXIGÊNCIA DE PAGAMENTO DA DÍVIDA ATIVA PARA ALIENAÇÃO DE BENS EM CONCURSOS DE CREDORES.....</b>	<b>753</b>
EXECUÇÃO INDIRETA.....	753
A LIQUIDAÇÃO DOS BENS DO ATIVO COMPETE AO JUÍZO FALIMENTAR.....	754
<b>ART. 32 – DEPÓSITOS EM DINHEIRO VINCULADOS À EXECUÇÃO FISCAL .....</b>	<b>755</b>
CONVERSÃO DO DEPÓSITO EM PAGAMENTO APÓS A DEFESA.....	755
A transformação do depósito decorrente do seguro garantia em pagamento definitivo depende do trânsito em julgado dos embargos.....	756
RESTITUIÇÃO DE VALORES INDEVIDAMENTE CONVERTIDOS EM RENDA .....	757
<b>ART. 33 – BAIXA DA DÍVIDA ATIVA .....</b>	<b>758</b>
DEVER FAZENDÁRIO DE CANCELAMENTO DA DÍVIDA ATIVA JULGADA INEXIGÍVEL.....	758
<b>ART. 34 – LIMITAÇÕES RECURSAIS NAS EXECUÇÕES DE BAIXO VALOR .....</b>	<b>759</b>
SUBSISTÊNCIA DOS EMBARGOS INFRINGENTES .....	759
INADMISSIBILIDADE DE AGRAVO DE INSTRUMENTO .....	760
INADMISSIBILIDADE DE OUTROS RECURSOS.....	761
DISPENSA DE REEXAME NECESSÁRIO DAS SENTENÇAS QUE EXTINGUEM O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO .....	762
VALOR DE ALÇADA .....	762
SIMPLICIDADE DE PROCESSAMENTO DOS EMBARGOS INFRINGENTES.....	763
RECURSO CABÍVEL CONTRA A DECISÃO DOS EMBARGOS INFRINGENTES.....	764
MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS .....	764
<b>ART. 35 – DISPENSA DE REVISOR NAS APELAÇÕES.....</b>	<b>765</b>
SIMPLIFICAÇÃO PROCESSUAL .....	765
<b>ART. 36 – REGULAMENTAÇÃO DA FORMA DE ARRECADAÇÃO .....</b>	<b>766</b>
GUIAS DE PAGAMENTO.....	766
<b>ART. 37 – RESPONSABILIDADE CIVIL, PENAL E ADMINISTRATIVA .....</b>	<b>766</b>
RESPONSABILIDADE DO AGENTE PÚBLICO .....	766
PRAZO PARA CUMPRIMENTO DE MANDADOS .....	767

<b>ART. 38 – AÇÃO ANULATÓRIA CONTRA O CRÉDITO</b> .....	768
INEXIGIBILIDADE DO DÉBITO PARA A DISCUSSÃO DO CRÉDITO.....	768
A MERA DISCUSSÃO DO CRÉDITO EXEQUENDO NÃO IMPORTA NA SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO ....	769
O DEPÓSITO INTEGRAL DO VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO DETERMINA A SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO FISCAL .....	769
MANDADO DE SEGURANÇA IMPETRADO PELO CONTRIBUINTE COMO MEIO DE DEFESA CONTRA A EXIGÊNCIA FAZENDÁRIA.....	770
AÇÃO ORDINÁRIA .....	770
É ÔNUS DO INTERESSADO FAZER PROVA DAS INVALIDADES DA EXIGÊNCIA .....	771
PRAZO DE CINCO ANOS PARA ANULAÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....	772
MEDIDA CAUTELAR ANTECEDENTE PARA GARANTIA DO CRÉDITO FAZENDÁRIO.....	772
AÇÃO ANULATÓRIA DA ARREMATACÃO.....	774
INCIDENTE DE SUSPEIÇÃO.....	775
EMBARGOS DE TERCEIRO.....	775
Recurso do terceiro prejudicado pela penhora.....	776
CONFLITO DE COMPETÊNCIA.....	776
<b>ART. 39 – INEXIGIBILIDADE DE CUSTAS PARA O PROCESSAMENTO DA EXECUÇÃO FISCAL</b> .....	777
A EXECUÇÃO FISCAL E AS CUSTAS .....	777
EMOLUMENTOS EXTRAJUDICIAIS .....	781
<b>ART. 39, PARÁGRAFO ÚNICO – RESSARCIMENTO DAS DESPESAS DA PARTE VENCIDA</b> .....	783
NO SENTIDO DA IMPOSSIBILIDADE DE RESSARCIMENTO DAS DESPESAS COM SEGURO GARANTIA E FIANÇA BANCÁRIA .....	783
ADMITINDO A CONDENAÇÃO DA FAZENDA PÚBLICA VENCIDA A INDENIZAR AS DESPESAS COM CONTRATAÇÃO DE SEGURO GARANTIA OU FIANÇA BANCÁRIA.....	784
<b>ART. 40 – TRATAMENTO DA CRISE DA EXECUÇÃO FISCAL</b> .....	786
A LEI DAS EXECUÇÕES FISCAIS NÃO PODE DISPOR DE CAUSA DE SUSPENSÃO DA PRESCRIÇÃO TRIBUTÁRIA.....	787
<b>ART. 40, § 1º - A SUSPENSÃO BENEFICIA O EXEQUENTE</b> .....	788
É INDISPENSÁVEL A INTIMAÇÃO DO EXEQUENTE ACERCA DA SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO FRUSTRADA.....	789
<b>ART. 40, § 2º - ARQUIVAMENTO DA EXECUÇÃO SEM BAIXA</b> .....	789
O ARQUIVAMENTO DA EXECUÇÃO FISCAL NOS TERMOS DO ART. 40 DA LEF NÃO É CAUSA DE SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....	789
ENTENDIMENTO DO STJ – A PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE INICIA APÓS A SUSPENSÃO DE UM ANO.....	790
Entendimento anterior exigindo a inércia do credor por prazo superior a 5 anos .....	790
<b>ART. 40, § 3º - POSSIBILIDADE DE IMPULSO DA EXECUÇÃO</b> .....	791
RESSALVADA A PRESCRIÇÃO .....	791
<b>ART. 40, § 4º - PRONÚNCIA DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE</b> .....	791
ENTENDIMENTO ANTERIOR DO STJ .....	791

RENOVAÇÃO DA LEI DAS EXECUÇÕES FISCAIS QUANTO À PRONÚNCIA DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE .....	792
REGRA GERAL: DEVE HAVER INTIMAÇÃO DO EXEQUENTE .....	792
O RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE EXIGE A INTIMAÇÃO PRÉVIA DO EXEQUENTE .....	793
<b>ART. 40, § 5º - DISPENSA DA OITIVA DO EXEQUENTE .....</b>	<b>794</b>
DISPENSA EXCEPCIONAL DA OITIVA PRÉVIA .....	794
CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL CONSIDERANDO OS SUCESSIVOS PARCELAMENTOS.....	794
INTERPRETAÇÃO DO STJ SOBRE A PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE DAS EXECUÇÕES .....	795
Premissas.....	796
A contagem do prazo quinquenal de prescrição independe de decisão judicial.....	797
Basta a ciência do exequente.....	798
Interrupção da contagem do prazo de prescrição.....	798
Imprescindibilidade da intimação do credor acerca da primeira medida infrutífera para o início do prazo prescricional .....	798
Cumprimento ao credor noticiar eventual interrupção ou suspensão da prescrição intercorrente.....	799
Dever de fundamentação.....	799
<b>FATOS QUE NÃO INTERROMPEM A PRESCRIÇÃO.....</b>	<b>799</b>
Inscrição do crédito na Dívida Ativa.....	799
Data do cálculo do débito ou data da expedição da CDA .....	800
Apensamento.....	800
Falência.....	801
Recuperação judicial .....	804
Falecimento do devedor.....	806
Reorganização societária .....	806
Baixo valor do crédito.....	806
Pagamentos parciais espontâneos.....	807
Conversão de depósitos em pagamento .....	807
A compensação administrativa <i>ex officio</i> não interrompe a prescrição .....	808
Penhora ínfima ou irrisória.....	809
Outras situações que não interrompem a prescrição intercorrente.....	810
Preparação do leilão.....	812
Pendência de embargos de devedor recebidos com efeito suspensivo.....	812
Penhora de direitos, reserva de créditos, penhora no rosto dos autos, penhora do faturamento ..	813
Outras situações em que não haverá prescrição intercorrente .....	814
Desinteresse do credor pela penhora.....	815
Prescrição intercorrente dos créditos de FGTS.....	815
Prescrição intercorrente das contribuições previdenciárias anteriores ao Sistema Constitucional Tributário.....	817
Prescrição intercorrente dos créditos não tributários .....	820
Deve ser liberada a penhora ou indisponibilidade ocorrida após consumação da prescrição intercorrente.....	821

<b>ART. 41 – ACESSIBILIDADE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO RELATIVO AO DÉBITO</b> .....	822
CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA DIFERIDOS.....	822
Intervenção judicial .....	822
CONSEQUÊNCIA DO DESCUMPRIMENTO DO DEVER DE GUARDA DOS DOCUMENTOS POR PARTE DA FAZENDA PÚBLICA .....	823
<b>ART. 42 – DISPOSIÇÕES FINAIS</b> .....	824